

Sombras de agosto na salvação nacional

Em agosto, Jânio Quadros renunciou, Eduardo Campos morreu – e será selado o destino de Dilma Rousseff

EUGÊNIO BUCCI

15/08/2016 - 08h00 - Atualizado 25/10/2016 20h43

Compartilhar

Assine já!

Em agosto, caiu o avião de Eduardo Campos. Foi no dia 13 de agosto de 2014, quando o jatinho que o levava do Rio de Janeiro para o Guarujá encerrou a viagem numa trombada contra um casario em Santos. Até hoje, não se sabe direito a história do jatinho, do dinheiro por trás do jatinho, dos interesses que voavam dentro daquele jatinho. No mês de agosto de 1954, dia 24, Getúlio Vargas deu-se um tiro no coração e, de pijamas, entrou para a História. Até hoje, mistérios técnicos, políticos e sobrenaturais pairam sobre o episódio. Foi também num mês de agosto, dia 25, ano de 1961, que Jânio Quadros renunciou à Presidência da República, embriagado pela ilusão de que voltaria ao Palácio nos braços do povo. Até hoje, muita gente não entende o que aconteceu ali.

Pois então. Agora, em 2016, se depender das inclinações de **Renan Calheiros**, o mês de agosto pode selar de vez o destino da presidente afastada **Dilma Rousseff**. Do mesmo modo, vai demorar para que fique clara e esclarecida a conjunção de forças que contra ela se levantou.

Não se trata de superstição, por favor. Apenas é o caso de reconhecer que, para muitos políticos (e para alguns historiadores), seria bem melhor se o mês de agosto fosse simplesmente suprimido do calendário, mais ou menos como o 13o andar em certos prédios nos Estados Unidos. De julho, passaríamos direto para setembro, sem mais. Não sei quanto a você, mas, a esta altura, esse é o sonho dourado (com ou sem estrelinhas) de Dilma Rousseff. Agosto? Eu passo.

No mais, qual será o legado desse processo de impeachment, tenha ele o desfecho que tiver? Um ou dois punhados de tramas indecifráveis, salpicadas aqui ou ali com pitadas de ira sincera (mas inerte), indignação justa (mas vazia) e civismo de boa-fé (mas vão). Para que um país dê um passo consistente em sua história política, é preciso que as razões desse passo sejam claras, que a ampla maioria dos cidadãos as compreendam e façam delas um aprendizado coletivo. Quando Fernando Collor de Mello foi apeado do poder, essas razões eram mais que claras, luminosas e, naquele momento, o Brasil deu um salto. Sim, sim, a diferença, crucial, é que a sentença definitiva de Collor não foi desferida num mês de agosto, mas em 30 de dezembro de 1992. Dezembro é melhor. Tem até Natal.

O problema todo é esse mês. Em agosto, tudo fica mais obscuro, mais sombrio. Dilma está sendo julgada por acusações de ordem burocrática que envolvem barroquismos orçamentários e regimentais, difíceis de entender (e mais ainda de explicar), como “pedaladas fiscais” e decretos de suplementação de crédito.

As revelações da Operação Lava Jato, estas, sim, substanciosas e, acima de tudo, claras, fáceis de entender, não integram os motivos alegados pelos que pretendem derrubar a presidente. Fora isso, a Lava Jato não destruiu apenas o PT, partido de Dilma, mas complicou a vida de políticos do PMDB, o partido do interino Michel Temer. É certo que a Lava Jato levou a opinião pública a hostilizar os governos do PT, mas deveria também levá-la a hostilizar o PMDB. Ou não? Lembremos ainda que ministros nomeados por Temer tiveram de sair de fininho em tempo recorde porque foram atingidos por denúncias feias. E, como se nada disso existisse, apoiadores do presidente interino afirmam que ele lidera um governo de “salvação nacional”.

Há mais. As suspeitas de uso de caixa dois nas campanhas de Dilma Rousseff atingem igualmente o nome de Temer, o que torna o quadro ainda mais nebuloso e confuso. Muito confuso. As pesquisas apontam que os mesmos eleitores que reprovavam o desempenho da presidente afastada também não aplaudiam – e ainda não aplaudem – Michel Temer. No dia 9 de abril, poucos dias antes de a Câmara dos Deputados admitir a instauração do processo de impeachment, o instituto DataFolha mostrou que 61% dos entrevistados apoiariam o afastamento de Dilma Rousseff – e nada menos que 58% o de Michel Temer. Outra pesquisa do mesmo instituto, em julho, revelou que o humor geral da nação continuava mais ou menos na mesma toada.

Que salvação nacional seria essa, então? Que moralidade regeneradora seria crível em pleno agosto desembestado? Por que o presidente parou de falar contra a corrupção, enquanto prosperam no Congresso projetos para reduzir o poder dos policiais, procuradores e juízes que investigam e julgam crimes de desvio de dinheiro público? Difícil responder. E amanhã, quando alguém quiser saber o que houve em 2016, será ainda mais difícil contar.